



CPI pedirá à França dados de brasileiros e ouvirá Cardozo

Edilson Rodrigues/Agência Senado



O jornalista Fernando Rodrigues fala à CPI, ao lado de Chico Otávio (E) e dos senadores Randolfe, Paulo Rocha e Ferrazo

Jornalistas que publicaram reportagens sobre contas no HSBC da Suíça se recusaram a abrir informações para senadores. Requerimento para que o ministro da Justiça compareça ao Senado foi aprovado ontem

Os senadores da CPI do HSBC decidiram ontem solicitar ao governo francês dados dos correntistas do HSBC na Suíça. O suposto esquema de sonegação de impostos já é investigado pelas autoridades francesas. Dois jornalistas que têm acesso à base de dados do HSBC na Suíça participaram de

uma audiência ontem no Senado e se recusaram a compartilhar as informações com a CPI. Os senadores da comissão também resolveram convidar o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e autoridades financeiras para esclarecerem a atuação do governo. **5**

MEC garante acesso de estudantes ao Fies 6

Indústria e governo vão debater importação 7

Avança indicação de embaixador nos EUA 6

Renúncia de candidatos passará por comissão

Proposta que prevê a renúncia de prefeito, governador ou presidente da República que for candidato à reeleição será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça. O texto, que faz parte do pacote com projetos sobre a reforma política, estava pronto

para votação em Plenário. Mas os senadores atenderam pedido de Romero Jucá e enviaram a proposta de volta à CCJ. Ontem o Plenário também decidiu desarquivar uma série de projetos, como o que admite prisão perpétua para crimes contra crianças. **3**



Ministro Helder Barbalho (E) e vice-presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz

Ministro prevê crescimento da pesca no país

A Comissão de Agricultura recebeu o ministro da Pesca e Aquicultura, Helder Barbalho, que apresentou planejamento

do ministério para os próximos anos. Intenção do governo é quadruplicar a produção da aquicultura no Brasil até 2020. **8**

Exposição com obras raras na Biblioteca do Senado 2

Prêmio vai homenagear jovens que empreendem 4



Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente

IRPF 2015
Faça sua Doação

Apoio



Secretaria de Direitos Humanos





Ana Volpe/Agência Senado

O senador Vicentinho Alves participa do lançamento da exposição e ressalta a importância da biblioteca para estudantes

Biblioteca expõe revista *Don Quixote*, de 120 anos

Coleção Vicente Machado, com exemplares raros do século 19, estará exposta na Biblioteca do Senado até o dia 10 de abril. Público também poderá conferir as edições pela Biblioteca Digital

A BIBLIOTECA ACADÊMICO Luiz Viana Filho sediará, até o dia 10 de abril, a exposição *D. Quixote, Revistas Raras do Senado*, onde serão expostos exemplares raros de revistas da Coleção Vicente Machado. O evento celebra os 120 anos da revista *Don Quixote* e o Dia do Bibliotecário, 12 de março.

Entre os destaques, estão revistas homônimas *Don Quixote*, produzidas por dois editores de destaque na imprensa: Angelo Agostini, de origem italiana, editor e caricaturista, responsável por publicações como a *Revista Ilustrada*, *Diabo Coxo* e *Cabrião*, e Manuel Bastos Tigre, jornalista,

publicitário e bibliotecário.

Segundo a coordenadora da Biblioteca, Helena Vieira, a ideia de fazer uma exposição comemorativa veio após a aquisição de publicações, em 2013.

— Trazer as obras para o acesso do público faz com que elas cheguem às mãos de seus legítimos leitores, sem que eles precisem se deslocar à biblioteca, contribuindo, assim, para a construção de uma Casa transparente — destacou.

A diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, ressaltou a possibilidade de obras com mais de 100 anos estarem disponíveis e acessíveis à

população em geral.

— Espero que tenhamos não apenas servidores visitando, mas também alunos e visitantes como um todo — destacou.

O primeiro-secretário da Mesa Diretora, Vicentinho Alves (PR-TO), reforçou o papel da biblioteca na formação dos estudantes.

— Tenho familiares que pesquisaram e estudaram com os livros daqui e hoje são juízes e promotores — disse.

Também estiveram presentes o diretor-geral-adjunto de Contratações, Humberto Lucena, e o diretor-geral-adjunto de Gestão, Gustavo Ponce de Leon.

Licença-maternidade de seis meses para militar é lei

Foi sancionada na quarta a Lei 13.109/2015, que estende às cerca de 23 mil mulheres militares a licença-maternidade de seis meses, como já é assegurado às servidoras públicas civis. O PLC 22/2013, do Executivo, foi aprovado no Senado em fevereiro.

De acordo com a lei, a militar terá direito a licença-materni-

dade de 120 dias, prorrogáveis por mais 60, conforme previsto na Lei 11.770/2008. A licença começará a contar do parto ou do nono mês de gestação, se for de interesse da gestante. Se o bebê for prematuro, o prazo contará a partir do parto.

Em caso de aborto, a militar terá direito a 30 dias de licença. Além disso, a gestante terá o

direito de mudar de função quando as condições de saúde exigirem, retornando após o término da licença.

No caso das adotantes, o projeto garante licença remunerada por 90 dias à militar que adotar criança com até um ano de idade e por 30 dias quando se tratar de criança com mais de um ano.

Lojas terão de informar situação de veículo à venda

Entra em vigor em 60 dias a exigência de que empresas de venda de automóveis, novos ou usados, informem ao comprador a situação de regularidade dos veículos e os tributos incidentes na transação. A medida, proposta no PLC 49/2014, consta da Lei 13.111/2015, publicada no *Diário Oficial da União* de ontem, após sanção da presidente Dilma Rousseff.

Segundo a lei, deverão constar do contrato de compra e venda informações sobre furto, multas, débitos ou qualquer outro registro que limite ou impeça a circulação do veículo. O comprador também precisa ser informado sobre a situação do veículo junto às autoridades policiais, de trânsito e fazendárias — para caso de furto, multas e taxas vencidas, por exemplo. Os empresários que descumprirem as regras terão de arcar com o pagamento dos tributos.

Campanha educativa em políticas sobre lixo é vetada

A presidente Dilma Rousseff vetou integralmente projeto que incluía campanhas educativas sobre limpeza urbana e manejo de lixo entre os itens obrigatórios dos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos (PLC 114/2013). A proposta, que alterava a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), foi aprovada pelo Senado em fevereiro.

Dilma alegou que a exigência, condicionada ao recebimento de recursos da União, poderia ter efeito adverso: “A proposta é meritória, por promover campanhas educativas sobre a correta gestão de resíduos sólidos. Entretanto, condicionar o repasse de recursos da União para tal fim à elaboração de plano estadual ou municipal de resíduos sólidos seria exigência desproporcional, o que poderia levar a um efeito contrário daquele pretendido pela medida”.

Doença de Tancredo é tema de programa da Rádio Senado

Neste mês, completaram-se 30 anos de um dos episódios decisivos da história do Brasil. Em março de 1985, o presidente eleito, Tancredo Neves, precisou ser internado às pressas para uma cirurgia. Era justamente a véspera da posse. O momento se tornava ainda mais crítico porque a chegada de Tancredo ao poder marcaria o fim da ditadura militar, que desde 1964 governava o Brasil.

Os acontecimentos daquele fatídico mês de março são o tema do programa *Reportagem Especial* de hoje, às 18h, com reprise amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h, na Rádio Senado. A reportagem “Os 30 anos da madrugada mais longa da República”, do jornalista Ricardo Westin, recupera os pronunciamentos feitos da tribuna pelos senadores da época, tanto nos dias que antecederam a inesperada hospitalização quanto nos que a sucederam.

Antes da internação, os senadores se mostravam eufóricos diante da chegada da chamada Nova República. Depois da hospitalização, manifestavam otimismo à espera da recuperação de Tancredo. Senadores ligados aos militares chegaram a defender João Figueiredo, o último presidente da ditadura.

Entre os entrevistados da reportagem, está José Sarney, o vice que assumiu no lugar de Tancredo. Sarney conta que os militares chegaram a tramar um novo golpe de Estado para não permitir que ele tomasse posse. Os então presidentes do Senado, José Fragelli, e da Câmara, Ulysses Guimarães, tiveram papel decisivo ao garantir a posse de José Sarney.

Também foram ouvidos pela Rádio Senado dois jornalistas que trabalharam com Tancredo: José Augusto Ribeiro, que o assessorou durante o período em que foi candidato na eleição indireta para a Presidência, e Antônio Britto, que leu diante das câmeras de TV, ao vivo, os boletins médicos durante os quase 40 dias da internação de Tancredo.

A Rádio Senado pode ser ouvida em Brasília (91,7 MHz), Cuiabá (102,5 MHz), Fortaleza (103,3 MHz), João Pessoa (106,5 MHz), Manaus (106,9 MHz), Natal (106,9 MHz), Rio Branco (100,9 MHz), Teresina (104,5 MHz), Macapá (93,9 MHz) e São Luís (96,9 MHz).

Os programas da Rádio Senado são distribuídos para mais de 2 mil emissoras e podem ser acessados em www.senado.leg.br/radio.

Ouça a Rádio Senado pela internet: www.senado.leg.br/radio



CPDOC/FGV

Sarney e Tancredo em 1984, quando discutiam chapa para disputar o Planalto

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Texto que prevê renúncia de candidato volta para comissão

Proposta de emenda à Constituição, que afeta presidente, governador e prefeito que buscam reeleição, estava pronta para ser votada no Plenário, mas retornou para a CCJ a pedido de Jucá

A PEDIDO DE Romero Jucá (PMDB-RR), o Plenário do Senado determinou ontem que volte para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta que prevê a renúncia do presidente, do governador e do prefeito até seis meses antes da eleição, como condição para participarem como candidatos.

Do ex-senador Wilson Santiago, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 73/2011 estava pronta para ser votada na sessão de ontem, mas foi retirada de pauta.

No mesmo dia, o Plenário aprovou o requerimento de Magno Malta (PR-ES) pelo desarquivamento de quatro proposições de sua autoria,



Moreira Moritz/Agência Senado

Jucá pediu volta da proposta ao exame da Comissão de Constituição e Justiça

entre elas a que admite prisão perpétua em caso de crime praticado contra criança ou adolescente (PEC 28/2010).

O Plenário também decidiu desarquivar, a pedido do senador Romário (PSB-RJ), um

projeto que prevê a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina (PLC 107/2008). A proposição é do deputado Júlio Delgado (PSB-MG).

Projeto prevê mínimo de 20% para candidaturas de jovens

Aguarda recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei da senadora Lídice da Mata (PSB-BA) que estabelece o percentual mínimo de 20% de candidaturas de jovens nas eleições proporcionais. A proposta considera jovem a

pessoa de até 29 anos, conforme o Estatuto da Juventude.

De acordo com a parlamentar, somente 4,5% dos deputados federais eleitos para a legislatura iniciada em 2015 têm 29 anos ou menos. No entanto, informou, 25% da população brasileira está nessa faixa etária.

A senadora destacou que a proposta visa a uma maior aproximação entre representantes e representados. Também ressaltou a urgência de corrigir a distorção, ampliando a participação do jovem brasileiro nas câmaras municipais, assembleias legislativas e Câmara dos Deputados.

— Ninguém está mais habilitado do que o próprio jovem para compreender e representar seus interesses e os interesses de pessoas com menor idade — disse.

Lídice explicou que o PLS 146/2015 em nada interfere com as idades mínimas constitucionalmente exigidas para

disputar o cargo de vereador (18 anos) e de deputado estadual, deputado distrital ou deputado federal (21 anos).

O projeto também não modifica as regras atualmente vigentes a respeito do percentual mínimo de 30% e máximo de 70% de candidaturas de cada sexo.

Donizeti Nogueira propõe eleições unificadas para 2018

Donizeti Nogueira (PT-TO) elencou, na quarta-feira, pontos que diz considerar importantes em uma reforma política. Além do fim das doações diretas para candidatos e partidos, o senador defendeu a unificação das eleições gerais e municipais.

A ideia de Donizeti é fazer, já em 2018, eleições unificadas para os cargos de presidente, senadores, governadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e vereadores.

— Essas eleições intercaladas de dois em dois anos não contribuem com os eleitos no processo de gestão, não contribuem com o país porque, em ano de eleição, se limita a capacidade de gerir os municípios, o estado e o país em função do impedimento legal da celebração de convênios, da liberação de recursos — disse.

O senador negou ontem que o Brasil esteja em recessão e mesmo que a Petrobras esteja em crise. Segundo ele, o Brasil enfrenta dificuldades, sim, mas elas nada mais são que o “final da marolinha” apontada pelo ex-presidente Lula em 2008. Para Donizeti, nem Lula nem a presidente Dilma erraram na condução da política econômica do Brasil.

— Eu sou otimista. As pessoas estão otimistas lá no interior do meu estado. Porque elas não mais passam fome, porque elas têm filhos estudando nas universidades — defendeu.

Dilma deve renunciar diante da “ingovernabilidade”, diz Caiado

Ao analisar a busca de alternativas para a crise nacional, o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) avaliou que, diante da situação de “ingovernabilidade” do país, a presidente Dilma Rousseff deveria ter a “altivez” de renunciar ao cargo. Para o senador, que declarou esperar um aumento das manifestações populares contra o governo, a renúncia de Dilma daria à sociedade a oportunidade de ser novamente consultada, desta vez sem a “maquiagem dos fatos”, e promover as mudanças necessárias.

— Vamos ver o que é ter que pagar por 12 anos de demagogia e de populismo — lamentou.

Para Caiado, o governo iludiu a população brasileira na campanha eleitoral por levar a população a acreditar que o futuro do país continuaria em “céu de brigadeiro”.

— Este governo desviou sua posição. Ele caminhou para um lado populista, demagógico e pensando apenas em sua reeleição. Um projeto de poder, um projeto político usando as pessoas para tentar anestesiá-las — opinou.

O senador disse que não age contra a Petrobras, mas combate a corrupção dentro da empresa — segundo ele, uma prática antiga, mas institucionalizada desde 2002.



Gerardo Magela/Agência Senado

Lasier Martins vê cenário de “tempestades” na economia

Lasier Martins (PDT-RS) demonstrou preocupação com um cenário em que percebe “uma combinação rara e destruidora de crises de várias espécies”.

— Estamos entrando num cenário de tempestade econômica sem alguém capaz de liderar o país — acredita o senador.

Em defesa da tese, o parlamentar citou análises de investidores nacionais e internacionais sobre o atual modelo econômico brasileiro. Entre eles, o relatório *Focus*, publicado pelo Banco Central, que prevê para o ano um cenário de dólar, inflação e déficit nas transações internacionais em alta, em contraponto a um produto interno bruto (PIB) e uma produção industrial em queda.

Citou também os números mais recentes do Ministério do Trabalho, que já detectam o crescimento no número de desempregados. Em resposta à crise, Lasier também criticou os rumores de que o governo não descarta o aumento dos impostos.

— Já houve aumentos na energia elétrica e na gasolina. O Estado brasileiro hoje dificilmente é capaz de implantar uma política indutora do desenvolvimento — finalizou Lasier Martins.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Flexa pede ações do governo para enfrentamento da crise

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou, na quarta-feira, o fato de o Brasil estar enfrentando diversas crises simultâneas, entre elas a hídrica, a de energia, a ética e, principalmente, a econômica.

O senador lembrou que a crise econômica do Brasil, que se encontra no patamar mais baixo no grau de investimentos, foi provocada pelo governo petista e pediu ações da presidente Dilma Rousseff no sentido de reverter a situação.

Redução do número de ministérios, fim dos cartões corporativos, fim das bandeiras tarifárias nas contas de energia e redução dos cargos de livre provimento foram algumas das medidas defendidas por Flexa para que o governo controle os gastos e impulsione novamente a economia do país.

— Com a redução dos gastos públicos, será possível ao governo devolver uma sensação de maior alívio aos brasileiros. O povo está sendo duramente penalizado com as medidas tomadas pela presidente e já não sabe mais onde cortar para garantir que o salário possa cobrir todas as despesas essenciais.

Ele também se disse “radicalmente” contra o aumento do Fundo Partidário, o pacote anticorrupção e as MPs que restringem direitos trabalhistas.



Moreira Moritz/Agência Senado

Organizações da sociedade civil poderão indicar nomes para concorrer ao prêmio, que será julgado por um conselho formado por representantes de partidos da Casa

Mesa aprova Prêmio Jovem Empreendedor

A MESA DO Senado aprovou ontem a criação do Prêmio Jovem Empreendedor, a ser conferido anualmente pela Casa a estudantes e jovens empreendedores. Também poderá ser agraciada uma entidade que tenha se destacado no âmbito da iniciativa privada ou por trabalho relacionado ao empreendedorismo. A criação do prêmio é prevista no Projeto de Resolução do Senado (PRS) 14/2014, de José Agripino (DEM-RN).

A proposta estabelece que as indicações dos candidatos serão encaminhadas por organizações da sociedade civil à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que divulgará as normas para inscrição. Também é prevista a constituição do Conselho do Prêmio Jovem Empreendedor, com representantes de cada partido político com assento no Senado e três representantes do setor produtivo ligado ao tema. A cerimônia de entrega será em outubro.

O Senado também terá um Painel Permanente da Poesia, para a promoção de exposições periódicas de textos



Presidente do Senado, Renan Calheiros (sentado ao centro) dirige reunião da Mesa Diretora que aprovou ainda Painel Permanente da Poesia

poéticos ou outras produções literárias. É o que estabelece o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 78/2013, aprovado pela Mesa Diretora. A proposta já havia sido aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O objetivo do painel é divulgar a produção poética de autores brasi-

leiros. Também poderão ser expostas traduções de poetas estrangeiros. A proposta é de Maria do Carmo Alves (DEM-SE). Ambos os projetos seguem para deliberação do Plenário.

A Mesa aprovou ainda uma série de requerimentos como projetos e pedidos de informação a órgãos públicos,

entre eles o Requerimento 191/2015, de Fernando Collor (PTB-AL), que pede a relação das despesas com passagens e diárias dos membros do Ministério Público Federal.

Veja os 22 requerimentos aprovados ontem: <http://bit.ly/requerimentosMesa>

Ministro pede rejeição de projeto sobre Mais Médicos

O ministro da Saúde, Arthur Chioro, pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e ao primeiro-vice-presidente, Jorge Viana (PT-AC), a rejeição do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 33/2015. A proposta anula o termo de ajuste de cooperação técnica firmado entre o Brasil e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) para o desenvolvimento de ações vinculadas ao Programa Mais Médicos.

O projeto foi apresentado por Cássio Cunha Lima

(PSDB-PB) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Na justificativa, os senadores citam reportagem da revista *Veja* em que há depoimentos de funcionários do Ministério da Saúde e da organização internacional admitindo que o termo de ajuste foi usado para evitar o exame do tema pelo Congresso Nacional, o que seria indispensável caso se celebrasse um acordo bilateral.

O ministro argumentou que, se o projeto for aprovado, “mais de 11,4 mil médicos

cubanos deixariam de participar do programa. Ou seja, seria praticamente o fim do Programa Mais Médicos” e se declarou satisfeito com a acolhida do presidente e do vice-presidente da Casa.

— Pelo compromisso que eles têm com o programa, com a saúde e com o SUS no Brasil. Esperamos que possa ter, de fato, a rejeição desse projeto de decreto legislativo para que o Programa Mais Médicos possa continuar — disse o ministro Arthur Chioro.

Reguffe quer agilidade em projeto sobre atraso de voo

Reguffe (PDT-DF) pediu ontem agilidade na análise do PLS 101/2015, de autoria dele, que obriga as companhias aéreas a indenizar os passageiros em caso de atraso de voo. A proposta precisa ser analisada nas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto prevê que, em caso de atrasos de voos superiores a duas horas, a companhia deve devolver ao passageiro — de forma automática e sem a necessidade de que ele acione a Justiça — 10% do valor da passagem. Se o atraso for maior que quatro horas, a indenização deve ser de 20% do valor pago. Se superior a oito horas, a indenização sobe para 50% e, em casos de mais de 12 horas de atraso, o passageiro deve receber de volta 100% do valor da passagem.

O texto determina que a indenização deve ser paga em até 30 dias. As companhias somente ficam livres da indenização em caso de o atraso, cancelamento ou interrupção de voo ocorrer devido a más condições meteorológicas.

— Cabe a nós criarmos uma legislação equilibrada, racional, mas que proteja o consumidor. Se esta Casa tem compromisso com o cidadão, com o consumidor deste país, eu pediria agilidade na tramitação da proposta — argumentou o senador.

Vanessa defende modelo de exploração do pré-sal

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou o PLS 131/2015, que revoga a participação obrigatória da Petrobras no modelo de exploração de partilha da produção de petróleo na camada pré-sal. O projeto também exclui a condicionante de participação mínima da empresa em, pelo menos, 30% da exploração e produção em cada licitação.

— Em nome da luta contra a corrupção, o que alguns querem efetivamente é espaço para promover o que tentaram e não conseguiram, que é efetivamente privatizar a empresa — afirmou.

Ela disse que a luta contra propostas como essa será um dos motes da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras, instalada na terça-feira. Vanessa lembra que a frente já conta com muitos integrantes, inclusive de partidos que não fazem parte da base do governo.

— Não faz sentido revogar o modelo de partilha, pois na camada pré-sal já se sabe que há petróleo. O risco é zero — argumentou.

Por essa razão, a senadora defende que a crise por que passa a empresa não a impede de manter os investimentos na camada pré-sal. Vanessa ainda lembrou que a lei vigente vincula os royalties obtidos com a exploração destes recursos com gastos em educação e saúde.



Genildo Magalhães/Agência Senado



Advogada Gabrielle Pereira explica aspectos da Lei Maria da Penha

Lei Maria da Penha também considera mulher como agressora

Não são só os homens podem ser enquadrados como agressores de mulheres pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Mulheres que mantenham uma relação homoafetiva e agridam a companheira também poderão responder por atos de violência doméstica e familiar punidos pela lei.

Essa compreensão partiu da advogada do Senado Gabrielle Tatith Pereira, uma das expositoras da oficina Conversando sobre a Lei Maria da Penha: formas de violência, medidas protetivas e aspectos práticos. O evento integra as atividades do Mês da Mulher 2015 e tem o apoio da Procuradoria Especial da Mulher do Senado.

— A agressão não precisa vir de um homem. Pode vir de outra mulher que é da família e convive no mesmo ambiente doméstico ou com quem ela numa relação de afeto — explicou.

Apesar de a lei estabelecer que sua proteção independe de orientação sexual, apenas mulheres costumam ser enquadradas como vítimas de

violência doméstica e familiar. A advogada do Senado reconhece que divergências doutrinárias e de jurisprudência dos tribunais têm dificultado, por exemplo, o amparo da Lei 11.340/2006 a transexuais vítimas deste tipo de agressão.

— Essa questão dos transexuais é um pouco polêmica. Se alega que não haveria, ao se estender a lei aos transexuais, as mesmas questões de gênero existentes entre homem e mulher — disse.

A advogada informou já existirem projetos de lei tramitando na Câmara para incluir na lei, expressamente, a proteção aos transexuais e à mulher envolvida em uma relação homoafetiva.

Segundo ela, o Senado também discute medidas para aperfeiçoar os mecanismos de proteção oferecidos pela lei. A advogada citou a análise da Consultoria Legislativa sobre a possibilidade de autorização, pelo próprio delegado, de medidas protetivas para as vítimas. Atualmente, só o juiz pode autorizar essa assistência especial.

Jornalistas se recusaram a repassar a senadores informações de correntistas brasileiros do HSBC em Genebra. José Eduardo Cardozo, da Justiça, falará sobre ações do governo

CPI ouvirá ministro e pedirá dados à França

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) do HSBC pedirá ao governo francês acesso aos dados relativos às contas de 8.867 brasileiros em Genebra, vazados no escândalo conhecido como swissleaks. Além disso, a CPI ouvirá o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre as ações do governo federal no esclarecimento do caso, em data a ser definida. As decisões foram tomadas ontem.

Os senadores decidiram que se encontrarão nos próximos dias com o embaixador da França no Brasil e utilizarão o acordo de cooperação internacional entre os dois países.

A comissão ouviu ontem o depoimento dos jornalistas Fernando Rodrigues, do portal UOL, e Chico Otávio, do jornal *O Globo*, que publicaram reportagens sobre contas de brasileiros na Suíça.

Rodrigues explicou que o critério que os jornalistas utilizam para a divulgação dos dados é o do interesse público unido à relevância jornalística. Ou seja, os nomes divulgados são de pessoas que foram citadas em investigações ou que têm



Chico Otávio (E) e Fernando Rodrigues (D), ao lado de Randolfe, Paulo Rocha e Ferraço, explicam critérios para divulgar dados

expressão social. Segundo o jornalista, não há interesse em divulgar tudo sem critério, como fez o Wikileaks, até porque existem pessoas que mantêm contas no país sem cometer nenhum crime.

— Nós não estamos nesse negócio de vazar informações ou divulgar dados sem antes analisar do que se trata e saber se esses dados vão expor de maneira correta ou não as pessoas e as empresas mencionadas — declarou Rodrigues, que faz parte, com Chico Otávio, do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos.

Questionado por Ricardo

Ferraço (PMDB-ES), relator da CPI, e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), vice-presidente, se poderia fornecer os dados, o jornalista respondeu que não:

— Eu não vou compartilhar a lista com a CPI. Seria responsabilidade demais, não para o senhor, que, eu tenho segurança, guardaria essa tutela com muita responsabilidade. Mas seria uma temeridade da minha parte, sabendo como funciona o Congresso, como funcionam as CPIs, depois de tantos anos cobrindo as coisas da política em Brasília, compartilhar esses dados. Além do mais, esses dados estarão

disponíveis prontamente à CPI pelo meio oficial, que é o governo francês.

Segundo Rodrigues, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal já solicitaram ao governo francês o acervo de dados das contas de brasileiros no HSBC e devem receber o material nos próximos dias, pois a França tem demonstrado interesse em colaborar.

De acordo com os jornalistas, as investigações sobre os dados vazados de correntistas permitirão à CPI desvendar a forma de operação dos paraísos fiscais.

— O nome das pessoas que

aparecem no banco é a parte mais visível. Mas estamos diante do maior vazamento de dados de um banco internacional e que revela a forma como operam os paraísos fiscais, os bancos internacionais, para facilitar a ocultação de recursos, a evasão de divisas e quem sabe quais outros crimes — afirmou Rodrigues.

Os jornalistas ressaltaram que o Brasil é o nono país com o maior valor depositado, US\$ 7 bilhões. Segundo eles, a Bélgica já recuperou US\$ 490 milhões; a Espanha, US\$ 298 milhões; a França, 286 milhões; e o Reino Unido, US\$ 205 milhões, seja pela repatriação dos valores evadidos, seja por multas cobradas do HSBC por falhas de controle que permitiram operações ilegais.

Os jornalistas disseram ter repassado parte dos dados ao Conselho de Controle das Atividades Financeira (Coaf) em 2014 e que as autoridades brasileiras não tomaram medidas para recuperar os valores que saíram ilegalmente do país.

Randolfe afirmou:

— Há omissão e atraso na investigação por parte do Brasil.

Jornalistas citam envolvidos na Lava-Jato e no metrô de São Paulo

Durante o depoimento dos jornalistas, os senadores Ferraço e Randolfe quiseram saber se entre os nomes vazados de correntistas da agência suíça do HSBC existem pessoas relacionadas à Operação Lava-Jato e à investigação sobre desvios na construção do metrô de São Paulo.

Em resposta, Fernando Rodrigues afirmou que consta o nome do doleiro Henry Hoyer de Carvalho, apontado por Paulo Roberto Costa em depoimento na Operação Lava-Jato como sucessor de Alberto Youssef no esquema, e

de donos da empresa Queiroz Galvão. Revelou ainda que estão na lista dois engenheiros que foram diretores da companhia Metrô de São Paulo, que foram citados na investigação do MP.

Com base nisso, os senadores aprovaram requerimento para que seja convocado a prestar esclarecimentos à CPI o doleiro Henry Hoyer. Randolfe sugeriu a quebra de sigilo bancário do doleiro, mas o presidente da CPI, senador Paulo Rocha (PT-PA), resolveu deixar o requerimento para análise posterior.

Audiência ouvirá dirigentes da Receita e do Coaf

A CPI deve ouvir, na próxima audiência, quarta-feira, às 9h, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, o presidente do Coaf, Antonio Gustavo Rodrigues, e o ex-secretário da Receita Everardo Maciel, que deveria ter vindo na audiência de ontem, mas não pôde.

A comissão também fará visita no dia anterior à Procuradoria-Geral da República para obter informações de como estão as investigações pelo Ministério Público Federal.

O plano de trabalho aprovado pela CPI, apresentado por Ferraço, terá os objetivos

de investigar a materialidade dos crimes supostamente cometidos por esses brasileiros, oficial os órgãos estatais e repatriar o dinheiro que tiver sido fruto de crimes ou contravenções, além de fazer amplo estudo para aperfeiçoar a legislação sobre o tema.

Os senadores aprovaram ainda requerimento para ouvirem, em audiência, o diretor de Fiscalização do Banco Central, Anthero de Moraes Meirelles, o diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça, Ricardo Andrade

Saadi, e o presidente da Federação Brasileira de Bancos, Murilo Portugal.

— O plano de trabalho inicia-se com dois conjuntos de ações concomitantes substanciadas em oitavas e requerimentos de informações a partir das quais se espera a investigação dos eventuais crimes de evasão de divisas, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e crimes de expressivo resultado financeiro, inclusive a corrupção. Ao cabo, a CPI apresentará o relatório, em que espera fazer os indiciamentos dos delitos que descobrir — disse o relator.

Aloysio recolhe assinaturas para investigar fundos de pensão

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) está recolhendo assinaturas para instalar no Senado uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigue irregularidades nos fundos de pensão de quatro instituições ligadas ao governo: Petros (Petrobras), Postalís (Correios), Previ (Banco do Brasil) e Funcef (Caixa Econômica Federal). Segundo a assessoria do senador, até o início da tarde de ontem, foram coletadas 22 das 27 assinaturas necessárias.

O pedido de CPI foi motivado pelas denúncias publicadas na imprensa de que irregularidades administrativas nessas



Para Aloysio (2º à esq.), mau uso dos recursos pode trazer prejuízo irreversível

entidades causaram rombos financeiros que agora terão de ser pagos pelos servidores das empresas às quais estão

ligadas. Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicada esta semana, revelou que funcionários dos Correios

podem ter salários reduzidos em um quarto a partir de abril para cobrir o déficit de R\$ 5,6 bilhões do Postalís, que seria resultado de investimentos suspeitos e pouco rentáveis.

Outra matéria, publicada em fevereiro pelo jornal *Valor Econômico*, informa que pelo menos 50% do déficit da indústria de fundos de pensão brasileira viria de planos de previdência complementar de empresas estatais.

Na justificativa do requerimento de investigação, Aloysio lembrou que o Petros já é alvo de investigação da Operação Lava-Jato.

“A extrema gravidade das circunstâncias enumeradas exige resposta proporcional do Poder Legislativo federal e imediata atuação”, argumentou o senador.

Para ele, o manejo dos recursos provenientes das contribuições de funcionários e patrocinadores das entidades deve ser rigorosamente averiguado, pois pode estar encobrindo riscos que venham a trazer prejuízos irreversíveis aos funcionários das estatais e demais investidores.

A CPI terá custo de R\$ 150 mil e foi assinada por integrantes do PSDB, DEM, PPS, PP, PR, PDT e PMDB.

Ministério da Educação informa que dificuldades de acesso ao programa foram solucionadas e nova plataforma dará apoio ao grande número de acessos pela internet

Fies não terá mais problemas, garante MEC

TODOS OS CONTRATOS do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) serão renovados, garantiu o diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Antônio Corrêa Neto, ontem. O programa beneficia 1,9 milhão de estudantes, que terão até 30 de abril para aditar os contratos. Se necessário, o prazo será estendido, informou Corrêa Neto.

O representante do Executivo participou de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) para dar explicações sobre os problemas enfrentados pelos estudantes. — Esse negócio de falar que o MEC está travando o sistema de propósito é faltar com a verdade. Não precisa de ansiedade. E o MEC não está fazendo favor, tem obrigação de renovar — disse.

Corrêa Neto reconheceu falha no sistema de internet do ministério e disse que está sendo desenvolvida uma plataforma mais adequada ao grande número de acessos. Segundo ele, as melhorias devem ser sentidas a partir do início da semana que vem.



Senador Paulo Paim (ao microfone) preside audiência interativa sobre dificuldades de universitários em acessar o Fies

Por isso, avisou que, até lá, a página pode ficar fora do ar por alguns momentos:

— Não se assustem. É para melhorar a performance do sistema — afirmou.

Solução

A presidente da União Nacional dos Estudantes, Virgínia Barros, cobrou uma solução urgente e relatou o drama dos alunos que já haviam iniciado o curso, receberam cobranças e não sabiam como pagar:

— Há poucas semanas, nem metade havia conseguido o aditamento dos contratos. Naturalmente a confusão foi grande e o cenário nas universidades ficou dramático. Filas enormes de alunos desesperados, tentando renovar o contrato sem conseguir.

Houve até quem desistisse do curso sem ter como pagar a mensalidade. Isso é muito grave — disse.

O representante da Associação Nacional dos Centros Universitários, Celso da Costa Frauches, criticou a maneira pela qual o governo fez alterações nas regras do programa “no apagar das luzes de 2014”.

— Não somos contra as mudanças, mas tudo foi feito de forma açodada, no último dia útil de 2014 para vigorar no primeiro dia útil de 2015 — lembrou.

O MEC definiu que as instituições não podem aumentar as mensalidades acima do teto de 6,4%. Além disso, os novos contratos só serão feitos para alunos com nota mínima de 450 pontos no Exame Nacional

do Ensino Médio (Enem).

A vice-presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Elizabeth Guedes, também disse que todos foram pegos de surpresa com as novas normas

e, segundo ela, houve falha de comunicação entre o MEC, as universidades e os alunos. Elizabeth também considera injusto estabelecer parâmetros iguais de financiamento:

— Hoje, estudantes que estão no teto de R\$ 20 mil têm o mesmo subsídio de juros que os menos favorecidos. Acredito que quanto maior a renda, menor deve ser a ajuda — reclamou.

A audiência teve caráter interativo, e Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, apresentou uma série de dúvidas e queixas que foram repassadas ao MEC.

Por dentro do programa

- O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do MEC cuja finalidade é financiar estudantes de cursos superiores de faculdades particulares.
- Os juros são de 3,4% ao ano e é possível financiar até 100% da mensalidade. Alunos com renda familiar mensal bruta superior a 20 salários mínimos não podem participar.
- O prazo de pagamento é o triplo do tempo de utilização do financiamento mais 12 meses, com 18 meses de carência. Assim, para um curso com duração de 4 anos, o aluno terá até 14 anos e meio para pagar a dívida.
- Podem obter os recursos os alunos matriculados em cursos que tenham avaliação positiva do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).
- A adesão das instituições privadas de ensino superior é voluntária. Atualmente, 1,4 mil escolas em todo o Brasil participam do Fies.

Comissão aprova nomes de embaixadores para EUA e Jordânia

A aproximação do governo brasileiro com nações em desenvolvimento e potências emergentes não afeta as relações com os Estados Unidos, segundo Luiz Alberto Figueiredo, indicado para representar o Brasil em Washington.

A indicação dele, que teve como relator Tasso Jereissati (PSDB-CE), foi aprovada por unanimidade na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

— No Itamaraty há quase um mantra de que não há relações excludentes e que todas são necessárias para o interesse nacional — afirmou Figueiredo, que foi ministro das Relações Exteriores.

Para o diplomata, os Estados Unidos continuam sendo o único país com capacidade de



Soares e Figueiredo foram aprovados em reunião presidida por Luiz Henrique (C)

atuação em todo o mundo. Ele anunciou a intenção de criar, na embaixada, um observatório sobre setores de ponta nos quais empresas e institutos de pesquisa dos dois países atuem em conjunto. Também pretende promover um forte trabalho de relação comercial.

A CRE aprovou ainda a indicação de Francisco Carlos

Soares Luz para embaixador na Jordânia. O relator também foi Tasso Jereissati. Luz disse que a Jordânia vê o Brasil como fornecedor de energia e alimentos. Além disso, os jordanianos têm interesse na participação de empresas brasileiras na transposição de água do Mar Vermelho ao Mar Morto.

Estados Unidos

- » Área: 9.372.614 km²
- » Capital: Washington
- » População: 322,62 milhões
- » PIB per capita: US\$ 59.503
- » Exportações brasileiras: US\$ 27 bi
- » Importações brasileiras: US\$ 35 bi

Jordânia

- » Área: 89.206 km²
- » Capital: Amã
- » População: 6,5 milhões
- » PIB per capita: US\$ 5.174
- » Exportações brasileiras: US\$ 291,8 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 6,6 milhões

Fonte: www.brasilexport.gov.br

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Debate ocorrerá na terça. Segundo governo, medida provisória, que sobe PIS-Pasep e Cofins, tem como objetivo proteger indústria nacional

Fisco e industriais serão ouvidos sobre MP que eleva tributo de importados

A COMISSÃO MISTA de senadores e deputados que analisa a Medida Provisória (MP) 668/2015 fará duas audiências públicas com o governo e o setor empresarial para debater a questão. A MP, que faz parte do pacote de ajuste fiscal enviado pelo Poder Executivo, entre outras medidas, eleva as alíquotas de PIS-Pasep e Cofins cobradas na importação de bens.

Na terça-feira, a comissão discutirá as alterações propostas pela MP com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, e o tributarista Ary Oswaldo Mattos Filho.

Para a segunda audiência, em 8 de abril, serão chamados o ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Adriana Queiroz de Carvalho, e o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Carlos Buch Pastoriza.

Para bens em geral, a MP eleva a alíquota do PIS-Pasep de 1,65% para 2,1% e a da Cofins de 7,6% para 9,6%. Assim, a maioria dos importados passa a pagar 11,75% nesses dois tributos, na soma das alíquotas.

O texto define percentuais específicos para diversas categorias. Sobre produtos de perfumaria e higiene pessoal,



O senador Antonio Anastasia e o deputado federal Manoel Junior participaram da reunião de ontem da comissão mista

por exemplo, a soma das duas alíquotas aumenta de 12,5% para 20%.

Impactos

O presidente da comissão mista, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), disse que vai solicitar à Consultoria Legislativa do Senado um estudo sobre os impactos das alíquotas adotadas para os dois tributos na época da mudança para o modelo da não cumulatividade da cobrança, em 2002.

A solicitação foi do deputado Benito Gama (PTB-BA), que lembrou ter sido o relator do tema naquele momento, uma medida provisória que resultou na Lei 10.865/2004 — norma que está sendo alterada pela atual MP 668/2015.

Benito reconheceu que houve dificuldade de cali-

brar as alíquotas. Segundo o deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), houve aumento de arrecadação na mudança de modelo.

— Na realidade, houve uma calibragem para cima que nunca foi corrigida — afirmou.

Na visão do deputado, o aumento atual das alíquotas onera ainda mais os importados. Para ele, as contribuições acabaram se transformando, pelo peso da arrecadação e pelas complexidades de seus regulamentos, numa “espécie de ICMS federal”.

O governo justificou o aumento das alíquotas pela necessidade de evitar que produtos fabricados no país paguem mais imposto do que os importados. Teria sido a forma de contrabalançar a decisão do Supremo Tribunal

Federal (STF) de 2013 que declarou inconstitucional a inclusão de ICMS na base de cálculo de PIS-Pasep e Cofins incidentes sobre a importação. O aumento de arrecadação é estimado em quase R\$ 700 milhões neste ano.

O total de emendas apresentadas ao texto chegou a 177, mas 5 foram retiradas pelos autores. O relator da MP, deputado Manoel Junior (PMDB-PB), salientou que há no conjunto emendas que tratam de temas diferentes dos do texto encaminhado pelo Planalto. Ele destacou a importância do assunto e disse que será feito todo o esforço para agilizar a votação.

Se aprovada pela comissão mista, a matéria seguirá para exame dos Plenários da Câmara e do Senado.

Renan defende ação do Congresso em favor dos estados

O presidente do Senado, Renan Calheiros, voltou a dizer ontem que o Congresso está cumprindo o papel que cabe ao Legislativo ao determinar a revisão de contratos relativos às dívidas de estados e municípios com a União.

A avaliação foi feita em resposta a jornalistas que mencionaram afirmação do ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), Luís Inácio Adams. O ministro disse na quarta-feira que a Lei Complementar 148/2014, que trata da dívida dos entes federados, apenas autoriza o governo a rever as condições contratadas. Adams afirmou ser questionável se o Congresso poderia determinar a mudança.

Renan enfatizou, entretanto, que, se o governo não faz a regulamentação, retira a eficácia da lei.

— Por isso, o prazo para que o governo regulamente — explicou o senador.

Na quarta-feira, o Senado aprovou a tramitação com urgência do projeto que obriga a União a colocar em prática o novo indexador das dívidas dos estados e municípios (PLC 15/2015 — Complementar).

Pelo texto, que deve ser votado na terça-feira, a União terá 30 dias para assinar os aditivos contratuais. O prazo contará a partir da data da manifestação do devedor, protocolada no Ministério da Fazenda.

Regina Sousa lembra Dia da Água e faz apelo pelo uso consciente

Ao lembrar o Dia Internacional da Água, celebrado em 22 de março, Regina Sousa (PT-PI) disse que as Nações Unidas conclamaram o mundo a uma mudança dramática no uso, gerenciamento e compartilhamento do recurso. Se isso não ocorrer, citou a senadora, em 2030 o mundo terá um déficit de água de 40%.

Regina alertou para o fato de que a água é um bem finito e disse que crises como a de São Paulo são fruto de falta de planejamento e governança, erros na distribuição, vazamentos e falta de educação da população quanto ao uso adequado:

— Precisamos começar a usar a água de forma mais prudente e racional, evitando o desperdício e a poluição. Hoje mais de 1 bilhão de pessoas não têm acesso à água potável.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Elmano pede aprovação da Política de Combate à Desertificação

Em discurso na quarta-feira, Elmano Férrer (PTB-PI) defendeu a aprovação do substitutivo da Câmara ao PLS 70/2007, que torna lei a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e cria a Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD). O texto aguarda designação de relator na Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado.

— É fundamental a existência de um marco legal para enfrentarmos a questão da seca. No Piauí, existem municípios que ainda são abastecidos por carros-pipa. Essa situação é inaceitável, fruto da falta de planejamento e de políticas públicas efetivas voltadas para a convivência com o problema de falta ou insuficiência de água em períodos críticos.



Moreira Moritz/Agência Senado

Paim destaca educação como saída para evitar crise hídrica no futuro

Diariamente, 2 mil crianças com menos de 5 anos morrem devido a doenças diarreicas no mundo. Cerca de 1,8 mil dessas mortes estão ligadas a água e saneamento. Os dados foram citados por Paulo Paim (PT-RS) ontem em lembrança ao Dia Mundial da Água, comemorado em 22 de março.

De acordo com o senador, o Conselho Mundial da Água classificou o Brasil em 50º lugar em um ranking de saúde hídrica, que analisou 147 países. Em primeiro lugar está a Finlândia e, em último, o Haiti.

Paim disse que o Brasil ficou alarmado com a falta de água em São Paulo. Ele sugeriu investir em educação para assegurar, nas novas gerações, o respeito à natureza.

— Se não fizermos isso, estaremos nos negando a fazer a parte que nos cabe para melhorar a nossa vida e a do coletivo — alertou.

Blairo Maggi convoca produtor a se inscrever em cadastro ambiental

Blairo Maggi (PR-MT) fez um apelo para que os proprietários rurais de todo o país se inscrevam no Cadastro Ambiental Rural (CAR), cujo prazo termina em 5 de maio. O CAR é o instrumento de regularização fundiária previsto no Código Florestal.

Blairo disse que o Brasil possui 5,2 milhões de imóveis rurais passíveis de cadastro, mas até 23 de março apenas 700 mil haviam sido cadastrados.

Comentando o ajuste fiscal do governo, o senador disse não ver no Executivo nenhum desejo de reduzir a máquina administrativa. Ele reconheceu que a diminuição do número de ministérios — atualmente são 39 — pode não ter um impacto financeiro expressivo, mas sinalizaria uma mudança de postura por parte do governo.



Genardo Magalhães/Agência Senado

Telmário cobra liberação de bolsas para universitários

Telmário Mota (PDT-RR) pediu que o Ministério da Educação regularize a situação dos alunos de cursos de graduação com direito a bolsa-permanência, que estão sem receber desde fevereiro.

O senador explicou que a bolsa tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e garantir a permanência e a graduação de universitários em situação de vulnerabilidade econômica. O valor é equivalente ao que é concedido aos que têm bolsas de iniciação científica: R\$ 400.

— Aqui vai um apelo ao Ministério da Educação para que libere as bolsas. Elas são fundamentais. São pessoas carentes, necessitadas, que não têm uma outra renda. Se as bolsas não forem liberadas, o que vai acontecer? A desmotivação — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ministro da Pesca, Helder Barbalho participa de audiência e apresenta planejamento para impulsionar setor no Brasil com investimentos na criação de pescado em cativeiro

Ministério quer quadruplicar a aquicultura

A META DO Ministério da Pesca é elevar a produção brasileira na aquicultura — a criação de pescado em cativeiro — das atuais 480 mil toneladas para 2 milhões até 2020. Isso levará o país a saltar do 12º lugar para o 5º no ranking mundial. Foi o que revelou o ministro Helder Barbalho ontem durante audiência pública sobre as ações do setor para os próximos anos.

O ministro afirmou que, no mundo, o negócio da pesca é sete vezes maior que o de carne bovina e nove vezes maior que o de frango. Mas no Brasil, o pescado representa apenas 0,1% do total das exportações de proteína animal. O pescado é uma nova fronteira de negócio em que o maior exportador de carne bovina e de frango do mundo precisa atuar, salientou.

Para alcançar rapidamente esse objetivo, uma das primeiras frentes de trabalho do ministério é a regularização da produção de peixe nos reservatórios de hidrelétricas, como em Tucuruí (TO) ou Itaipu (PR), afirmou. O licenciamento ambiental, porém, é um entrave:

— A estratégia dos reservatórios é nosso primeiro corte. São eles, com baixo investimento e desburocratização, a nos garantir que podemos ter

uma produção extraordinária — explicou.

Segundo o ministro, o “sonho de consumo da aquicultura” é a produção de tilápia em Itaipu. Ali, só com os 3% permitidos para exploração em reservatório, é possível quase atingir o total da produção em cativeiro do país.

— Estamos falando do Brasil produzindo 480 mil toneladas. Só Itaipu tem capacidade de produção de 400 mil. Se conseguirmos o apoio dos estados, o destravamento burocrático, só os nossos reservatórios já farão com que cumpramos a meta de pular de 480 mil para 2 milhões de toneladas — argumentou.

Pirarucu

O ministro também defende tornar o pirarucu, peixe típico da Amazônia, uma espécie de “cartão de visitas” das espécies amazônicas e do país. A ideia é vender o pirarucu para o mundo “como uma grife”. O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Acir Gurgacz (PDT-RO), lembrou que a produção da espécie tem crescido na Região Norte.

Na prática, as metas não são tão simples de cumprir, frisou Helder. A pasta enfrenta problemas burocráticos com



Vice-presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz (à mesa, à dir.), recebe o ministro da Pesca, Helder Barbalho

licenciamento e ordenamento ambiental e regularização fundiária. Luta-se pela redução do custo de insumos, como a ração, e para a obtenção de incentivos tributários garantidos às demais cadeias de produção. Outro problema ao qual o ministério diz estar atento é a baixa execução do orçamento, naturalmente reduzido. Este ano, se não houver contingenciamento, serão pouco mais de R\$ 600 milhões.

Helder informou que a efetivação dos comitês permanentes de gestão auxiliará na radiografia que o ministério pretende fazer do setor: um diagnóstico da cadeia produtiva, com características do

setor em cada estado, espécies dominantes, logística e armazenamento e quais as falhas nessas cadeias. Isso permitirá o direcionamento e o financiamento de projetos, incluindo o investimento privado, que poderá fazer uma análise mais precisa das possibilidades de negócio, frisou.

Trabalhadores

O ministro disse ainda que o órgão vai priorizar a melhoria de vida dos trabalhadores, por meio da elevação da escolaridade e qualificação profissional, melhoria na saúde, na segurança e nas condições de trabalho.

Helder Barbalho foi questionado pelos senadores Blairo Maggi (PR-MT) e Waldemir Moka (PMDB-MS) sobre a pouca atenção na pesca extrativa, em rios e no oceano. Apesar da meta ministerial para elevar a produção de 765 mil toneladas para 1 milhão em cinco anos — a partir de investimentos na frota pesqueira e na redução de perdas com melhorias no armazenamento —, o ministério está mais focado na produção em cativeiro.

— A pesca extrativa não sobrepõe a aquicultura, elas andam de maneira paralela. Mas onde podemos crescer substancialmente é na aquicultura — frisou.

Blairo cobrou ainda mais estímulo à indústria, para que haja uma demanda constante que dê segurança ao produtor.

— Esse elo industrial da cadeia é que vai dar tranquilidade e segurança para quem está produzindo no campo, de que no dia em que ele estiver com os peixes prontos, ele consegue vender. Independentemente de ficar esperando a Semana Santa. Porque no início, lá em Mato Grosso, era assim: você fazia peixe e todo mundo vendia na Semana Santa, aí o preço caía muito e quebrava os agricultores. Então, nós precisamos focar nessas três coisas. É o produtor, é o elo industrial e

obviamente o consumidor e o comércio — disse.

Críticas

O ministro não se abalou com as críticas que insinuam quase uma “existência dispensável” do ministério. A Pesca é sempre uma das primeiras pastas citadas quando se fala na proposta de redução dos atuais 39 ministérios para 20, defendida pelo PMDB, legenda à qual o ministro é filiado. O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) mencionou essa possibilidade.

Helder lembrou que o ministério foi criado com votos de todos os partidos, incluindo os da oposição, e reforçou a capacidade de crescimento para o mercado externo.

— Com este sentimento de que a pesca e a aquicultura representam uma oportunidade para o país, eu tenho certeza de que, se cada senador e senadora, cada parlamentar desta Casa se inteirar do que o mundo descobriu e o Brasil pode efetivar, serão defensores e compreenderão que este ministério está longe de ser um encargo para o governo, está longe de ser um encargo para o Estado, e sim uma grande oportunidade para que o Brasil produza mais, gerando renda, garantindo emprego e fazendo com que a economia se fortaleça — disse.

Donizeti Nogueira (PT-TO) e José Medeiros (PPS-MT) defenderam a existência da pasta. Medeiros destacou que a pesca e a aquicultura só passaram a ter visibilidade quando saíram, segundo ele, de dentro de uma “caixinha” do Ministério da Agricultura.

Benedito de Lira (PP-AL) afirmou ainda que é preciso “destravar” o ministério, que tem as ações muitas vezes interrompidas por problemas burocráticos aventados pelo Ministério do Meio Ambiente.

— Tem que valer a preservação, mas as ações para desenvolver essa atividade param no Meio Ambiente, isso não pode ser assim — disse.

Comissão elege políticas a serem avaliadas

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem requerimentos para determinar as políticas públicas que serão avaliadas pelo colegiado ao longo do ano de 2015. Duas foram escolhidas: a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e a política de defesa agropecuária no país.

A assistência técnica e a extensão rural têm papel imprescindível no processo de disseminação das tecnologias para a agricultura, especialmente aquelas geradas no âmbito do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, justificam os senadores Donizeti Nogueira (PT-TO) e Ana Amélia (PP-RS), autores do requerimento que determina avaliação da política. Eles frisam que a atuação da assistência técnica e da extensão rural, todavia, não se restringe ao apoio à produção, mas tem por objetivo assessorar as diversas fases das atividades econômicas desenvolvidas no campo, auxiliando, por exemplo, no planejamento da atividade produtiva, na obtenção de recursos para o custeio da produção, investimentos e comercialização e quanto às estratégias de inserção do produtor no mercado.

O senador Dário Berger (PMDB-SC) é o autor do requerimento para a análise, pela CRA, da defesa agropecuária no país. Para ele, é preciso observar e avaliar as responsabilidades dos entes federados no planejamento e na execução dessa política. Dário ressalta que também é preciso atenção no que diz respeito ao déficit de fiscais agropecuários no Poder Executivo e aos gargalos relacionados à gestão articulada da União, dos estados e dos

municípios para o controle de enfermidades na pecuária e na lavoura nacional, por meio do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

Foi aprovada ainda a realização de audiência pública para avaliar metas e entraves do Programa de Regularização Fundiária. Para isso, serão convidados representantes da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal).



Donizeti Nogueira é um dos autores do requerimento que propôs avaliação da política de assistência técnica